

LEI DO PISO NACIONAL DA EDUCAÇÃO

10/08/2018

LEI FEDERAL 11.738/2008

Esta legislação regulamenta o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica a que se refere a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

COMO O VALOR DO PISO É DEFINIDO?

O valor do piso salarial nacional da educação é calculado com base na comparação da previsão do valor aluno-ano do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb dos dois últimos exercícios. O valor aluno-ano é o valor mínimo estabelecido para repasse do Fundeb (que envolve recursos provenientes da arrecadação de estados e municípios e também da União, quando houver necessidade de complementação financeira) para cada matrícula de aluno na Educação Básica por ano.

Para calcular esse valor aluno-ano, cabe ao Ministério da Educação apurar o quantitativo de matrículas que será a base para a distribuição dos recursos (o que é feito pelo Censo Escolar da Educação Básica); e com o Tesouro Nacional fica a responsabilidade de estimar as receitas da União e dos Estados que compõem o fundo; além de definir o índice de reajuste. Assim, foi dividido o valor aluno vigente em 2014 (e relativo a 2013) de R\$ 2.285,57, pelo valor que vigorou em 2013 (referente a 2012), de R\$ 2.022,51, para se chegar à variação percentual de 13,01% que constitui o índice de atualização do piso salarial dos professores em 2015.

Fonte: <http://www.ebc.com.br/educacao>

VALORES DO PISO NACIONAL DO MAGISTÉRIO

ANO	REAJUSTE	VALOR	PBH
2008	Sob liminar	R\$ 950,00	
2009	Sob liminar	R\$ 950,00	
2010	7,85%	R\$ 1.024,67	4,11%
2011	15,84%	R\$ 1.187,00	6,47%
2012	22,22%	R\$ 1.451,00	7,45%
2013	7,95%	R\$ 1.567,00	6,2%
2014	8,32%	R\$ 1.697,00	7%
2015	13,01%	R\$ 1.917,78	0%
2016	11,36%	R\$ 2.135,64	5%
2017	7,64%	R\$ 2.298,80	2,53%
2018	6,81%	R\$ 2.485,35	2,43%

Fonte: www.mec.gov.br

OBS: os valores divulgados pelo MEC são questionáveis; não apresenta reajuste em 2009, aplica o crescimento entre os dois anos anteriores e não segue a mesma sequência de Portaria só projeção (dezembro do ano anterior), só reavaliação da projeção (agosto, novembro do mesmo ano) ou só consolidado (abril do ano posterior). Por isso, permanece uma polêmica sobre o valor do piso nacional do magistério.

Fonte: <http://www.siseti.com.br/files/2014/02/Piso-Magist%C3%A9rio.pdf>

O Piso Nacional da Educação deve ser atualizado a partir de janeiro de 2009, utilizando-se o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno, do mesmo ano, conforme definido na Lei 11.738/2008:

Art. 5º O piso salarial profissional nacional do magistério público da educação básica será atualizado, anualmente, no mês de janeiro, a partir do ano de 2009.

Parágrafo único. A atualização de que trata o caput deste artigo será calculada utilizando-se o mesmo percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, definido nacionalmente, nos termos da Lei no 11.494, de 20 de junho de 2007.

Exemplos:

A Prefeitura de Araxá enviou para a Câmara Municipal nesta terça-feira, 15 de março, o Projeto de Lei que altera o piso salarial dos professores adjuntos, professores de Educação Básica, supervisores pedagógicos e psicopedagogos. O reajuste salarial previsto no projeto é de 11,36%. Com esse reajuste, a Administração Municipal continua cumprindo o Piso Nacional da Educação.

Observação: Jornada 25 horas semanais

Fonte: <http://www.araxa.mg.gov.br/link-546>

A Rede Estadual de Ensino de Minas Gerais conquistou o reajuste do Piso Nacional da Educação para professores da ativa e aposentados, bem como para os demais trabalhadores em educação.

Fonte: <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/governo-de-minas-e-trabalhadores-da-educacao-assinam-acordo-historico>

Em 2018, recentemente o reajuste do Piso Nacional da Educação foi inserido na Constituição do Estado de Minas Gerais. Durante o governo Anastasia, quando em Minas não havia a aplicação do piso, o então deputado estadual de oposição Paulo Lamac reforçou que "O nível de injustiça ainda é muito grande". Ora ocupante da cadeira de vice-prefeito, tendo, portanto, os meios de diminuir esse nível, o ex-deputado, como todos governantes, opta por esquecer determinadas posições quando as mesmas não são mais do seu interesse.

Fonte: http://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2015/11/19_comissao_educacao_piso_salarial.html

TABELA SALARIAL 2017 DARME/BH

Abaixo, uma tabela com a projeção salarial das(os) professoras(es) da Rede Municipal de Ensino de BH, caso o reajuste do Piso Nacional do Magistério fosse aplicado desde 2010, ano em que houve o primeiro reajuste (7,85%), levando também em consideração 2011: 15,84%; 2012: 22,22%; 2013: 7,95%; 2014: 8,32%; 2015: 13,01%; e 2016: 11,36%; em 2017: 7,64%, por fim, 2018: 6,81%.

NÍVEL	EDUCAÇÃO INFANTIL E FUNDAMENTAL			
	PBH 2010	* PISO 2010	PBH 2017	PISO 2017
01	989,04	1.026,03	1.451,93	2300,08
10	1.534,33	1.591,71	1.524,52	3568,18
11	1.611,05	1.671,30	1.600,75	3746,59
12	1.691,60	1.754,87	1.680,79	3933,91
13	1.776,18	1.842,61	1.764,83	4130,60
14	1.864,99	1.934,74	1.853,07	4337,14
15	1.958,24	2.031,48	1.945,72	4554,00
16	2.056,15	2.133,05	2.043,01	4781,69
17	2.158,96	2.239,71	2.145,16	5020,78
18	2.266,90	2.351,68	2.252,42	5271,81
19	2.380,25	2.469,27	2.365,04	5535,41
20	2.499,26	2.592,73	2.483,29	5812,18
21	2.624,23	2.722,38	2.607,45	6102,79
22	2.755,44	2.858,49	2.737,83	6407,93
23	2.893,21	3.001,42	2.874,72	6728,33
24	3.037,87	3.151,49	3.018,45	7064,74

* Reajuste do Piso 2010 (7,85%) aplicado sob o salário base de 2010 do Professor Municipal de BH.

** Na atual legislação o cargo de Professor para Educação Infantil vai até o nível 15. Fruto da greve histórica o PL 442/17 reduzirá o distanciamento da carreira em apenas 2 níveis, chegando à CARREIRADOCENTE ÚNICA.

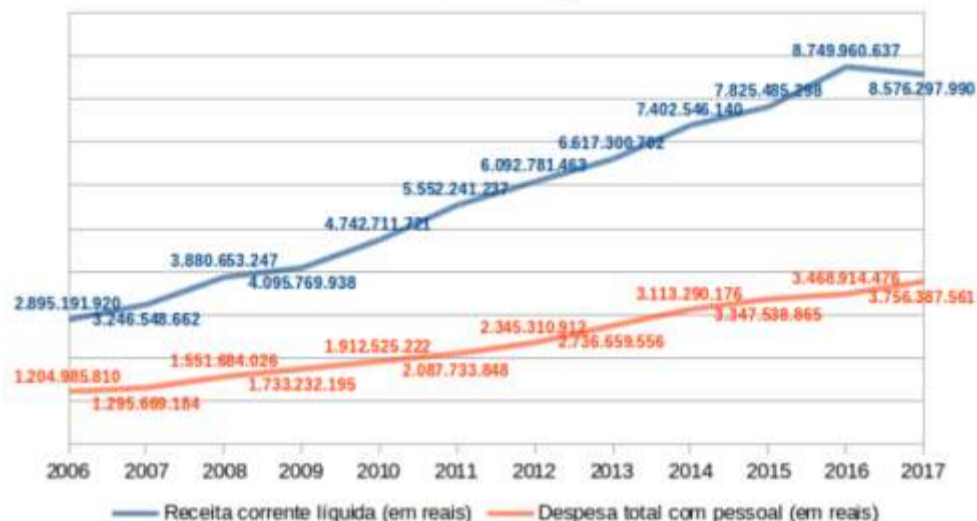
Obs.: Nessa tabela não foi levado em consideração o reajuste de 2018, que foi de 6,81%.

A Meta 17 do Plano Nacional Educação define que é preciso “equiparar o rendimento médio dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do 6º ano da vigência deste PNE”. Em 2017 Professor Municipal – Nível Superior (22h30 - R\$ 1.524,52) – Médico HOB (20h - R\$ 4.181,56 - Lei nº 9.154/2006).

GASTO COM PESSOAL: UMA DAS SITUAÇÕES MAIS CÔMODAS DO PAÍS

A situação de Belo Horizonte é uma das mais cômodas do país nesse quesito. No gráfico abaixo indicamos, no período entre 2006 e 2017, a correlação entre a Receita Corrente Líquida e os gastos com pessoal:

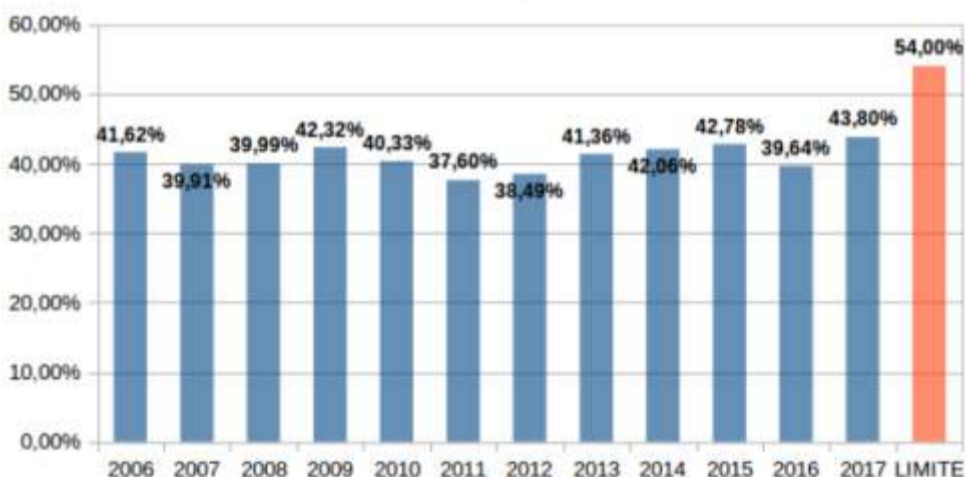
Receita Corrente Líquida e Despesas com Pessoal



Fonte: DOM e Tesouro Nacional. Elaboração Ilaese.

É justamente a Receita Corrente Líquida que é utilizada como base para o cálculo Lei de Responsabilidade Fiscal. Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o executivo do município pode gastar até 54% da receita corrente líquida em pessoal e encargos. Em um sem-número de municípios essa lei tem servido de desculpa para que os servidores em educação do município não recebam aumento. **Em Belo Horizonte, este quadro definitivamente não existe, como podemos ver no gráfico que se segue:**

Percentual da Lei de Responsabilidade Fiscal



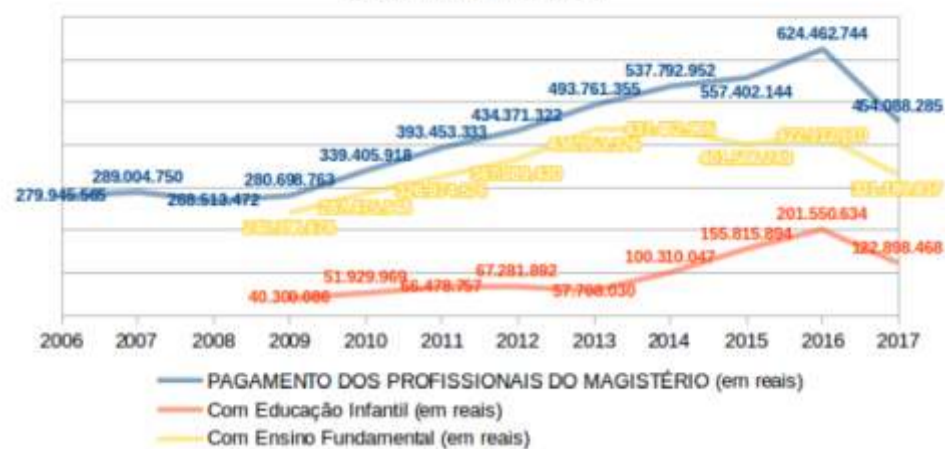
Fonte: DOM e Tesouro Nacional. Elaboração Ilaese.

O espaço que existe para aplicação de recursos em pessoal (incluindo educação) é expressivo. Para se ter uma ideia, os recursos disponíveis, em conformidade com a LRF, para serem gastos com os servidores públicos, somente em 2017 o espaço para gastos com Pessoal tendo em vista a Lei de responsabilidade fiscal foi de 874 milhões de reais. Esse valor superou 1 bilhão de reais no ano anterior.

GASTOS COM OS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ora, no cenário indicado acima, não é de se estranhar o pequeno crescimento dos gastos da prefeitura com os servidores da educação municipal. No entanto, nesse caso, tivemos uma queda acentuada em 2017, cerca de 27,3%.

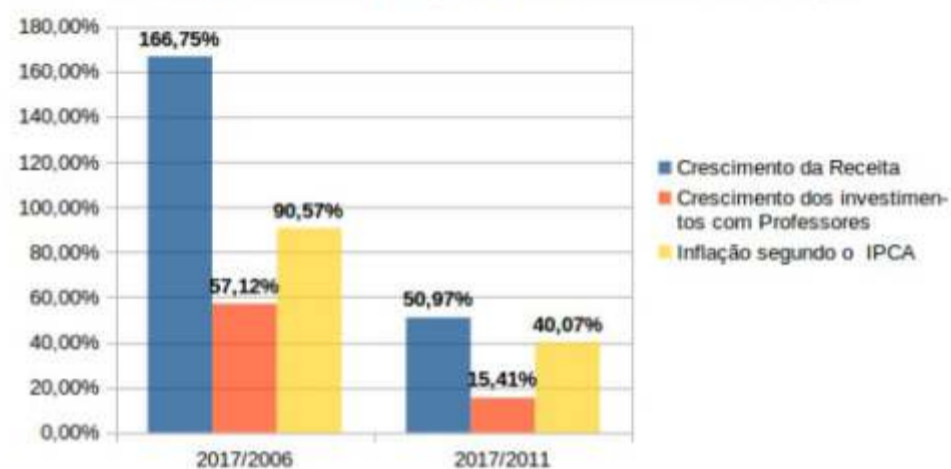
Gasto com Professores



Fonte: FNDE. Elaboração Ilaese.

Para se ter uma ideia da dimensão do desnível entre o crescimento das receitas do município e do total investido para o pagamento dos professores, indicamos abaixo a variação percentual entre receitas, pagamento dos professores e inflação entre os anos de 2011 e 2017 e 2006 e 2017:

Crescimento: Receita x Pagamento dos Professores x Inflação



Fonte: Diário Oficial de Minas Gerais, FNDE, IBGE e Tesouro Nacional. Elaboração: ILAEE

A Lei de Responsabilidade Fiscal, embora absurda, não é desculpa para falta de investimento nos servidores públicos de Belo Horizonte. O que falta é maior investimento nos servidores públicos em Belo Horizonte. O espaço que existe para maiores investimento é muito significativo: cerca de 874 milhões de reais apenas em 2017.

Como podemos ver, a diferença é assombrosa. Entre 2006 e 2017, temos uma inflação de 90,57% e um crescimento na Receita total da prefeitura de 166,75%. Nesse mesmo período o gasto com pagamento de professores foi reajustado em apenas 57,12%, ou seja, 3 vezes menos que a receita e quase a metade da inflação. O cenário é ainda pior entre 2011 e 2017, quando os investimentos nos professores cresceram apenas 14,41% sobre uma inflação de 40,07% e um crescimento na arrecadação da prefeitura de 50,97%.

ATIVIDADES EXTRACLASSE E CARREIRA

Atividades Extraclasse: É preciso lutar pela implementação imediata das Atividades Extraclasse, conforme ADI nº 4167- 3/DF, Parecer nº 18/2012 do CNE e do Ofício CME/EXTER/539-13, garantia de 1/3 da jornada do professor destinado exclusivamente para estudo, planejamento e avaliação.

Ações judiciais individuais apontam o caminho da luta política: Atualmente, três professores conseguiram, liminarmente, a aplicação das 7h de planejamento..

Na gestão anterior da prefeitura, a Secretaria Municipal de Educação sustentou uma compreensão equivocada de que todo tempo sem contato com estudante deveria ser considerado como atividade extraclasse, conforme Ofício SMED/EXTER/1813/2011. O Parecer do CNE N° 18/12, derruba tal compreensão ao assegurar que tais atividades só podem ser utilizadas exclusivamente para estudos, planejamento e avaliação, sendo assim, não inserir o tempo destinado ao recreio ou lanche nesse tempo do professor.

Diretoria Colegiada do Sind-REDE/BH